



TEMPO HOJE
Nublado com pancadas de
chuva
Máx.: 20°C Mín.: 20°C

TÁBUA DE MARÉS
Preamar
07h15 - 2,1 - 19h39 - 2,0
Baixa-mar
00h49 - 0,5 - 13h08 - 0,4

FEIRAS-LIVRES
Pinaromas: hoje
132 bancas/196 feirantes
Planalto
186 bancas/97 feirantes

BALNEABILIDADE
Ingrêzilas
Macela
Pium
Pirangi do Norte
Redeiva

FASES DA LUA
Cheia: hoje
Minguante: 13/08
Nascer do sol: 05h21
Pôr-do-sol: 17h19

Editora: Yara Ciacho
e-mail: yokubos@tribunadonorte.com.br
NATAL - RIO GRANDE DO NORTE
Terça-feira - 11 de agosto de 2009

[SAÚDE] Os profissionais médicos foram contratados no início do ano para atuar nos hospitais regionais do Rio Grande do Norte e até hoje estão sem receber os salários. Categoria ameaça parar as atividades

Médicos estão sem receber salários

Um contingente de médicos contratados pelo Governo do Rio Grande do Norte no início deste ano ainda não recebeu o pagamento referente a nenhum mês trabalhado. A informação foi confirmada pela Secretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap), que não sabe precisar quantos estão nessa situação. Eles foram contratados por meio do último concurso público realizado pela Sesap, em dezembro de 2008, no qual foram convocadas 1.244 pessoas, entre médicos e outros profissionais. Destes, apenas 970 estão empossados, devido a desistências ou falta de documentos solicitados.

Esses médicos estão distribuídos pelos Hospitais Regionais de todo o Estado, a maioria na urgência e emergência. É o caso do otorrinolaringologista Walter Júnior, médico do Hospital Regional Tarcísio Maia, em Mossoró. Admitido no dia primeiro de abril de 2009, ele já vai para o quinto mês sem sequer conhecer seu salário. "Eu nem sei quanto é que eu vou ganhar com as gratificações, porque ainda não recebi nada, nem contracheque eu vi", disse. Segundo ele, a direção do hospital já veio a Natal duas vezes para procurar a Sesap, mas nada foi resolvido.

O coordenador de recursos humanos da Sesap, Jorge Castro, disse que o atraso é consequência de pendências administrativas dos próprios médicos. Segundo ele, alguns profissionais estão acumulando cargos que superam o limite de carga horária permitido por lei, de 60 horas semanais. "O concurso público foi feito para médico de 40 horas, mas alguns já têm outros vínculos de mais de 20 horas e ficam acima desse máximo permitido. Então, esses médicos que ainda não receberam é porque não foram implantados em folha de pagamento devido a essa pendência", explicou. A alegação, entretanto, foi negada pelo médico Walter Júnior. Embora reconheça a existência de profissionais com o problema do acúmulo de carga horária, ele diz só possuir um vínculo de 20

horas com o Município de Mossoró e, portanto, não ultrapassa o limite estabelecido. Segundo ele, os médicos nem estão sabendo que essa é a causa dos atrasos. "Em nenhum momento, eu fui comunicado que esse era o motivo ou que eu deveria comparecer em Natal para mostrar minha carga horária, nada. Inclusive, no primeiro mês eu mandei para a Secretaria uma comprovação dos meus outros vínculos com meus horários", disse.



EMANUEL AMARAL

Nada justifica que um profissional fique 180 dias sem receber o pagamento"

GERALDO FERREIRA
Sindmed

A Procuradoria Geral do Estado (PGE) foi procurada pela Sesap, por meio de uma solicitação pedindo a redução da carga horária desses profissionais para que eles possam receber o pagamento. E, embora o parecer da PGE tenha sido favorável, a previsão da Sesap é de que os médicos ainda não recebam este mês. "Estamos encaminhando o trâmite burocrático e administrativo para que a redução seja feita e esse impasse termine. Nós temos um prazo para fechar a folha de pagamento e já estamos no dia 10 (ontem). Vamos ter que correr um pouco para que esses atrasados estejam disponíveis ainda em agosto", disse Jorge Castro.

Sindmed estuda entrar com mandado de segurança

Segundo o presidente do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte (Sindmed/RN), Geraldo Ferreira, ainda não se sabe quantos médicos estão nessa situação. No entanto, o Sindicato está fazendo um levantamento do número para, com os dados em mãos, apelar para as medidas previstas em Lei, antes de se pensar em uma paralisação.

"Isso é totalmente ilegal. Nós ainda entendemos que, por causa da burocracia, o Estado atrase dois ou três meses, mesmo sendo errado. Mas nada justifica que um profissional fique 180 dias sem receber o pagamento. Nós vamos procurar a Secretaria para ver se resolvemos isso pela via negociada, mas se não for possível, vamos entrar com um Mandado de Segurança e, em 48 horas, eles vão ter que pagar", garantiu.

De acordo com Geraldo Ferreira, o Sindmed foi procurado pelos profissionais de Mossoró para começarem uma nova paralisação, mas diante da grave situa-

ção em que se encontra a saúde no Estado, o Sindicato aconselhou que esperassem. No entanto, o otorrino Walter Júnior afirma que se o problema não for resolvido, os otorrinos de Mossoró podem parar os serviços. "Estou aguardando uma resposta. Se nada for resolvido, vamos parar", afirmou. De acordo com Geraldo Ferreira, a Sesap havia informado aos médicos que o atraso nos salários era decorrente do limite prudencial do Estado, que é um teto máximo para os gastos do poder público. "Como podem falar em limite prudencial se eles já estão contratados? Não existe isso".

Segundo Geraldo Ferreira, o sistema de produtividade implantado pela Sesap está distorcido, "isto que alguns médicos recebem R\$ 4 mil por produtividade, enquanto outros que trabalham na mesma quantidade estão ganhando R\$600. Uma assembleia entre os médicos do Hospital será realizada hoje às 19h30, na sede do Sindicato.

SIM, VOCÊ PODE TER O SEU VOLKSWAGEN.

Taxas a partir de 0,99%* a.m.

 <p>Novo Gol 1.0 R\$ 27.590 à vista</p> <ul style="list-style-type: none"> - 4 portas - Imobilizador eletrônico - Supercolatos - 3 anos de garantia 	 <p>Voyage R\$ 29.290 à vista</p> <ul style="list-style-type: none"> - 4 portas - Imobilizador eletrônico - Supercolatos - 3 anos de garantia
 <p>CrossFox A PARTIR DE R\$ 45.990 à vista</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ar-condicionado - Direção hidráulica - Vidros e travas elétricas - Alar-me 	 <p>SpaceFox A PARTIR DE R\$ 41.990 à vista</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ar-condicionado - Direção hidráulica - Vidros e travas elétricas - Alar-me
 <p>Fox A PARTIR DE R\$ 29.990 à vista</p> <ul style="list-style-type: none"> - 4 portas - Direção hidráulica - Limpador, lavador e desembaçador traseiro 	 <p>Polo Sedan A PARTIR DE R\$ 43.990 à vista</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ar-condicionado - Direção hidráulica - Vidros e travas elétricas - Alar-me

Confiança para toda a vida.

VISITE NOSSOS SITES

www.viacosteira.com.br

www.nacional.com.br

www.SemiNovosOK.com.br

Via Costeira

Av. Engenheiro Roberto Freire
3087 1000
ABERTO DAS 08h ÀS 20h



NACIONAL

Av. Prudente de Moraes (ao lado do Machalão)
4009 6161

NOVO GOL 1.0 09/10 (SU11C4), por R\$ 27.590,00 à vista. VOYAGE 09/10 (SU21C14), a partir de R\$ 29.290,00 à vista. CROSSFOX 09/10 (SU214E4), por R\$ 45.990,00 à vista. POLO SEDAN 09/10 (9A42N4), a partir de R\$ 43.990,00 à vista. SPACEFOX 09/09 (SU20E4), a partir de R\$ 41.990,00 à vista. FOX 09/10 (SU11R4), 4 portas c/ direção hidráulica + limpador, lavador e desembaçador traseiro a partir de R\$ 29.990,00 à vista ou entrada de 50% (R\$ 14.995,00) + 24 parcelas de R\$ 742,40, total a prazo: R\$ 32.812,40. T: R\$ 800,00 não incluso no valor, taxa 0,99% a.m. e 12,88% a.a. *Taxas a partir de 0,99% a.m. válidas apenas para o modelo Fox. Ofertas válidas até 11/08/2009 ou enquanto durar o estoque de 01 unidade por modelo anunciado. Imagens meramente ilustrativas. Nos reservamos ao direito de corrigir eventuais erros de digitação.

SAÚDE CRISE NO ATENDIMENTO ATINGE TODOS OS HOSPITAIS DA CAPITAL

Sem neonatologistas, pacientes aguardam vaga

No primeiro dia da Maternidade Escola Januário Cicco sem os nove neonatologistas cooperados, cujo contrato rescindiu quinta-feira e não foi renovado, as maternidades do Estado, referências em alto risco, ficaram sem vagas. O Hospital da Polícia Militar, que desde o início da semana passou a receber pacientes encaminhados da MEJC, já estava ontem com os seis leitos da UTI neonatal lotados. O Hospital da Polícia tem ainda três leitos de UTI adulto e conta com oito neonatologistas e cinco pediatras na escala de plantão.

Por causa da falta de vagas, a estudante Thaís Sousa Batista, de 22 anos, foi pega de surpresa. Ela tem gravidez de risco, com envelhecimento precoce de placenta e pressão alta. Por isso a médica havia orientado a paciente a comparecer ontem ao Hospital, para fazer o parto por cirurgia cesariana. Mas quando chegou lá, Thaís descobriu que o parto não poderia aconte-

cer por falta de vagas.

Com a pressão arterial 16 por 11, Thaís foi medicada e lamentou a situação. "A gente paga tanto imposto e quando chega no momento de ser atendida, não consegue. A gente fica pensando besteira, a pressã sobre... é horrível", disse ela.

A orientação do Hospital foi para que Thaís fosse encaminhada para a Maternidade Escola Januário Cicco, mesmo sabendo que a maternidade está com atendimento reduzido. O obstetra de plantão, Walfredo Silveira, explicou que não havia outra saída. "O hospital está lotado. Estou aqui para receber as pacientes e encaminhar. Entou dando assistência dentro do possível e o que a gente não pode atender, encaminha para a Januário Cicco ou para o Hospital do Santa Catarina", disse o médico.

Ao chegar na MEJC, Thaís foi mais informada da falta de vagas, dessa vez na Maternidade Escola. No início da

tarde de ontem, a estudante recebia soro na Januário Cicco enquanto aguardava surgir uma vaga ou receber o encaminhamento para a maternidade do Hospital Santa Catarina.

Desde que foi publicada, em cinco de janeiro, portaria da Secretaria de Saúde sobre as transferências de atendimento de urgências para cirurgias gerais, o Hospital da Polícia tem recebido pacientes acima da média. Com anestesistas do quadro próprio e não contratados por meio de cooperativas, o Hospital tem realizado cirurgias gerais de urgência encaminhadas pelos Hospitais Walfredo Gurgel, Santa Catarina e Maria Alice Fernandes em Natal, além do Deoclécio Marques de Lucena, em Pamamirim.

A chefe da Divisão de Enfermagem, tenente Adriana Dias, explicou que a prioridade está sendo para as cirurgias gerais de urgência, e que está quase comprometendo as cirurgias eletivas. "Mas as duas ainda estão funcionan-

do normalmente", ponderou.

Além do Hospital da Polícia Militar, a portaria publicada pela Sesap determina que os hospitais Natal Hospital Center e Hospital do Coração também recebam encaminhamentos de cirurgia geral, ortopedia, internação em UTI e leitos de enfermagem clínica, no primeiro, e cirurgia geral, ortopedia e internação em UTI, no segundo.

De acordo com informações da assessoria de imprensa da Sesap, até o dia 15 de janeiro, foram realizadas 20 cirurgias em pacientes do SUS no Hospital do Coração, com anestesistas cedidos das forças armadas.

A Secretaria Estadual de Saúde está fazendo um reordenamento nos atendimentos para desafogar as filas e dar agilidade à realização dos procedimentos, distribuindo as especialidades entre uma espécie de pólos: ortopedia em Pamamirim, obstetrícia em Macaíba e cirurgias eletivas em São José de Mipibu.

Joana Lima/DN



Gestantes passam por grande sofrimento nos hospitais da rede pública. Enquanto solução não chega, pacientes aguardam por novos leitos

Contratos deverão ser "refeitos"

Representantes do gabinete de crise, formado quinta-feira para solucionar o problema surgido com a não renovação dos contratos do Estado com as cooperativas médicas, se reuniram na manhã de ontem na Sesap para discutir os termos técnicos dos contratos que serão refeitos entre a prefeitura e hospitais privados. Participaram da reunião representantes das secretarias estadual e municipal de saúde, do Ministério Público, dos

conselhos estadual e municipal de saúde e do conselho de secretarias municipais de saúde.

A proposta discutida na reunião de ontem é que os contratos vigentes sejam revogados e refeitos, com uma espécie de "plus", valor adicional que seria repassado aos hospitais para que as instituições se responsabilizem pela contratação dos profissionais, seja por meio de cooperativas ou não. Essa possível solução para o pro-

blema foi divulgada após reunião na tarde de quinta-feira. Os contratos com os hospitais Itorn, Memorial, Médico Cirúrgico, Hospital Infantil Varela Santiago e Liga Contra o Câncer terão validade de um ano.

Com o novo contrato, o Estado faria aporte financeiro ao município, com repasse direto, fundo a fundo, para dar agilidade à transferência de recursos. A proporção da participação com recursos se manteria a mesma: 60% de

responsabilidade do Estado e 40% do município. Entretanto, ainda não foram definidos os valores do "plus". De acordo com a assessoria da imprensa da Sesap, os valores serão definidos depois de levantamento técnico.

Para as cooperativas, Estado e Município pagavam juntos um total de R\$ 1,2 milhão por mês, sendo aproximadamente 545,6 mil para a Coopmed, 158 mil para a Cipep e 500 mil para a Coopnest.



Walfredo Gurgel: maior pronto-socorro do Estado é palco de muitos episódios onde o desrespeito à vida humana fala mais alto

DESCASO Menino com 48 horas de vida, nascido no interior, que nem nome tem ainda, pode perder a vida. Ele tem estreitamento no trato digestivo e precisa de ser operado

Criança corre risco de morte por falta de equipamento no Walfredo

Isaac Lira

jornalista.issaclira@gmail.com

Muito mais do que números, reuniões e opiniões desencontradas, a crise que se instalou no sistema público de saúde do Rio Grande do Norte também é feita de choro, desamparo e risco de morte. Sem condições de atender à demanda, o Hospital Walfredo Gurgel tem recebido pacientes que deveriam estar em outros hospitais da cidade.

Nã tarde de ontem, sexta-feira, um recém-nascido deu entrada no Hospital e precisava urgentemente de uma cirurgia, mas o Walfredo não tem a aparelhagem necessária para realizar o procedimento. Como se sabe, não há cirurgias pediátricas em Natal. Por isso, os bebês que iriam para o Hospital

Maria Alice Fernandes (Parque dos Coqueiros) acabam num hospital-geral como o Walfredo Gurgel. É o caso do filho de dona Maria Solange de Andrade. A criança ainda não tem nome, com apenas 48 horas de vida.

O recém-nascido tem um estreitamento no trato digestivo e pode morrer caso a cirurgia emergencial não seja realizada o mais rápido possível. Segundo uma das anestesistas do Hospital, Ana Catarina Nóbrega, o caso é de urgência. "O Walfredo Gurgel é um hospital com uma estrutura diferente, não temos condições de operar um paciente com tão pouco tempo de vida. Caso não cheguem os aparelhos, a criança pode morrer", diz.

Houve uma tentativa de improvisado da aparelhagem, que viria

do Hospital Varela Santiago, mas a máscara de oxigênio não era adequada para um paciente tão novo. "O carrinho de anestesia para recém-nascidos chegou, mas a máscara era adequada para crianças com no mínimo seis quilos", conta Ana Catarina Nóbrega. A anestesista e outros funcionários estão revoltados em ter de assumir a responsabilidade e atender um paciente sem a mínima condição estrutural. Segundo informações confirmadas pelo plantonista Joifram Medeiros, mais cinco crianças vindas do Varela Santiago. Todas com hipertensão craniana e que também necessitam de cirurgia.

Distantes e ao mesmo tempo próximas demais, Aparecida de Andrade e Maria do Carmo de Andrade fizeram ontem à tarde

uma visita ao Walfredo Gurgel. Eram a tia e a avó do filho ainda sem nome de dona Maria Solange. Vieram do interior do Estado e depois de duas horas e meia de viagem conseguiram entregar à assistência social do Walfredo Gurgel os papéis necessários para fazer o internamento da criança. A mãe havia ficado em casa porque ainda não havia se restabelecido do parto. "Tenho uma tia de 82 anos e não posso acompanhar meu neto. Ele vai passar a noite sozinho", diz Maria do Carmo.

Para além da luta ideológica envolvendo o Ministério Público e as cooperativas, o caos na saúde é um problema que necessita de urgente solução. Assim, crianças como o filho de dona Solange poderão um dia ter direito a um nome.

Teatro Sandoval Wanderley

FILÃO MERCADO ABERTO MOSTRA OS NÚMEROS DOS PRÊMIO DAS LOTERIAS DA CAIXA EM 2008 ECONOMIA, 5

FOTO CARLOS MAGNO, NOS FLASHES DO SERIDÓ, DESTACA HOJE O CASAL BENES LEOCÁDIO E ANA KARINA MUITO, 2

4009.0200
CLASSIFICADOS DO DIÁRIO. VENDE MAIS

PRA TODO TIPO DE NEGÓCIO.

DIÁRIO DE NATAL
Associação

DIÁRIO DE NATAL CIDADES

NATAL, SEXTA-FEIRA, 16 DE JANEIRO DE 2009

Editor: mulatinho@diariodenatal.com.br

TEMPO

Nublado com pancadas de chuva esparsas e período de melhoria

MARÉ		
ALTA	08H23	20H43
BAIXA	01H54	14H06

LUA	
Cheia	○

TEMPERATURA	
Mínima	25°C
Máxima	30°C

PROPOSTA SOLUÇÃO PARA RETOMAR O ATENDIMENTO SUS É CONTRATAR COOPERATIVAS VIA REDE CREDENCIADA

Sesap propõe contratar hospitais

JUSSARA CORREIA
DA EQUIPE DO DIÁRIO DE NATAL

Ana Amara/DN

Para por fim à grave crise na rede pública de saúde, o governo apresentou ontem proposta que visa a contratação das cooperativas médicas via rede privada de saúde. A idéia foi discutida durante reunião, realizada na Secretaria Estadual de Planejamento que contou com a participação da governadora Wilma de Faria, da prefeita Micaela de Sousa, comissão de saúde da Assembleia Legislativa, secretários estadual e municipal de saúde, representantes dos Conselhos estadual e municipal de saúde, além do representante do Ministério da Saúde, Henrique Vitalino.

São três as cooperativas que tiveram seus contratos não renovados por recomendação do Ministério Público: a Coopanst, formada por anestesistas, a Cipeh, dos pediatras e a Coopmed que envolve as demais especialidades.

De acordo com o titular da Sesap, George Antunes, o estado fará contrato direto com os hospitais privados, repassará um valor adicional para que essas instituições se encarreguem de fazer a contratação de mão-de-obra. "O estado continuará dando o reforço financeiro, como já vem sendo feito, mas a contratação de mão-de-obra não será mais feito por nós", explicou.

O coordenador-geral da gestão do trabalho em saúde do Ministério da



Representantes das entidades participaram da reunião ontem com governadora e prefeita de Natal

Saúde, Henrique Vitalino, participou da reunião, que considerou positiva. Na opinião dele não existe impasse nem conflitos entre os representantes estaduais e municipais da saúde. "O que eu pude identificar é que todos estão assumindo suas responsabilidades, inclusive nós do Ministério da Saúde. Temos que construir respostas para essas questões. Na verdade não

existem culpados, e se existem, somos todos nós. Mas parece que estão surgindo alternativas para solucionar os problemas na saúde", afirmou.

De acordo com Vitalino, na próxima semana, uma equipe (cerca de 12 pessoas) do Ministério virá à Natal para analisar a crise e ajudar na qualificação da gestão. "Vamos trazer pessoas com conhecimento em diversas áreas,

se preciso até mesmo na assistência, para dar um suporte à administração. Esse trabalho será contínuo e se for preciso, voltaremos à cidade", garantiu.

A presidente do Conselho das Secretarias Municipais de Saúde, Solane Costa disse que é necessário o contrato com a rede privada. "Isso é um contrato global, no qual o hospital privado fica responsável pela contratação

dos profissionais, seja através de cooperativas ou não. Caso os representantes das cooperativas não aceitem a proposta, vamos recorrer para uma ação na Justiça, pois haverá denúncia de cartelização", declarou Solane, que considerou a reunião produtiva. "O importante é que cada um sabe que é preciso estar unido. Não dá para tirar o braço da seringa", concluiu.

Para o presidente do Conselho Estadual de Saúde, Canindé Santos, um dos pontos positivos da discussão foi que todos os envolvidos estão participando ativamente, refletindo sobre a crise e apresentando possíveis soluções. Por outro lado, um fator que o preocupa é o comportamento das entidades médicas. "Esse segmento, que tem nome e sobrenome, tem tomado posições para privatizar o SUS. Essas cooperativas são resultado dos sérios problemas de gestão", disse.

Canindé ainda afirmou que presenciou uma situação grave na última quarta-feira, quando visitou o Hospital do Coração e o Natal Hospital Center e nas duas unidades de saúde ficou sabendo que anestesistas estão se negando a atender pacientes do SUS. "Lá tem salas de cirurgia, tem equipes completas mas eles dizem não atendem quem vem do SUS. Isso é um crime, ainda mais num estado de calamidade pública", revelou.

O presidente do Conselho Municipal de Saúde, Marcelo Medeiros, concordou com Canindé e falou que tudo está relacionado ao cumprimento das políticas dentro das cooperativas. "Se você é paciente da Unimed, vai ser atendido e ele vai receber R\$ 800. Se você é paciente do SUS, ele também vai receber o mesmo valor, mas não vai atender porque você é enviado da Sesap. Isso é um absurdo", declarou.

José Delgado: "Interpretação do MP não está de acordo com a Constituição Federal"

TACIANA CHIQUETTI
REPORTER

O ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça e, atualmente, advogado contratado da Associação Médica do Rio Grande do Norte (AMRN) e da Cooperativa dos Médicos (Coopmed), José Delgado, considera a interpretação do Ministério Público Estadual, sobre a ilegalidade dos convênios entre a rede pública e os médicos cooperados, inconstitucional. Segundo ele, a Constituição Federal, no capítulo referente ao direito à Saúde, do artigo 187 em diante, assegura que o Sistema Único de Saúde (SUS) pode atuar em colaboração com instituições privadas, sem fins lucrativos, que é o caso das cooperativas médicas. Ele entregará um parecer para seus contratantes na próxima terça-feira, com diversos argumentos jurídicos, embasando sua posição. "O MP está dando uma interpretação que não está de acordo com a Constituição, porque o SUS somente não pode contratar instituições cujo objetivo seja a distribuição de lucros entre os sócios. Tenho absoluta convicção jurídica que as cooperativas podem ser contratadas pelo Estado e pela Prefeitura", explica.

As orientações jurídicas, que constarão no parecer, servirão de base para as cooperativas tentarem convencer o poder Executivo à renovação contratual. "O documento mostra a importância das cooperativas para o SUS, a valorização do trabalho médico e a legalidade das contratações, que já ocorriam há mais de dez anos, homologadas, inclusive, pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE)", destaca. Ele diz ainda que, se os hospitais privados contratados pela Secretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap) - Hospital do Coração e Natal Hospital Center -, visarem lucro, esta relação estaria proibida pela Carta



Heracles Dantas

Delgado diz que Constituição assegura o direito do SUS atuar junto ao privado

Magna brasileira.

Já o presidente da Cooperativa dos Anestesiologistas (Coopanest), Madison Vidal, nega que exista algum embate ou enfrentamento entre a empresa e a Sesap ou o MP. "Nossa vida continua com os outros contratos, porque a cooperativa é constituída legalmente. O Estado representava apenas uma pequena parcela de nossas atividades", declara, afirmando que o problema já é passado e que não há críticas ao gestor estadual da Saúde, George Antunes. A categoria médica, segundo o presidente do Sindicato dos Médicos do RN (Sinmed), Geraldo Ferreira, pretende intensificar o movimento de defesa ao cooperativismo no Estado.

Providências dos gestores

As secretarias de saúde do Estado e do município de Natal se reuniram na manhã de ontem, com o Ministério Público, para discutir a

proposta de se firmar um contrato global com hospitais privados para a realização de cirurgias eletivas. Segundo George, "foi uma reunião técnica, mas outros encontros já estão sendo agendados dentro dos entes públicos para que se elabore uma proposta a ser apresentada aos hospitais".

A proposta de ampliar os contratos já mantidos pela Prefeitura de Natal com hospitais privados para complementar os serviços da rede pública saiu da reunião da governadora Wilma de Faria com a prefeita da capital, Mícarla de Sousa, representantes do Ministério da Saúde, do MP, dos conselhos de saúde e deputados estaduais, na última quinta-feira, dia 15. Segundo a promotora de defesa da Saúde, Iara Pinheiro, essa é uma solução viável, que dá organicidade ao SUS e evita as distorções encontradas na contratação direta das cooperativas.

Fábio Cortez/DN



O obstetra Stéfano Fernandes, que estava de plantão ontem na maternidade: "Estamos vivendo um constrangimento"

SAÚDE NA MANHÃ DE ONTEM, QUADRO NA MATERNIDADE AINDA ERA DE CAOS NO ATENDIMENTO, SEM MÉDICOS

Januário Cicco segue sem neonatologistas

RENATO LISBOA
DA EQUIPE DE O POTI

Continua crítica a situação da maternidade escola Januário Cicco, cujo contrato com a cooperativa dos neonatologistas foi rescindido na quinta-feira por a diretoria não aceitar o valor cobrado pelos médicos por plantão (R\$ 850,00). Ontem havia apenas um pediatra de plantão para fazer visitas à UTI neonatal e dar cobertura à sala de parto.

"Em condições normais, ficam três pediatras e um residente, sendo que dois ficam fazendo visitas à UTI neonatal. Agora tem um profissional para fazer duas coisas ao mesmo tempo. Estamos vivendo um grande constrangimento", disse na manhã de ontem o obstetra de plantão Stéfano Fernandes.

Fernandes informou que houve um agravamento do quadro da sexta-feira para o sábado porque a forte chuva de ante-ontem deixou a maternidade das Quintas alagada, impedindo totalmente o atendimento na unidade. De acordo com ele, a maternidade de Felipe Camarão está sem obstetra e o Hospital da Polícia está superlotado.

O Hospital de Santa Catarina já informou ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) que não encaminhasse pacientes para lá, porque também está lotado. "Uma paciente chegou hoje de Bom Jesus com trabalho de parto avançado e não tínhamos para onde mandar", disse Fernandes. O número de eitos da UTI neonatal da maternidade Januário Cicco contratados pelo SUS caiu de 26 para 10.

A tesoureira da Cooperativa Especializada em Terapia Intensiva e Neo-

natologia (Cetipen), Giana Escóssia, disse que os especialistas não se interessam em trabalhar na Januário Cicco pelo preço oferecido por plantão (em torno de 500 reais). Através da Cetipen, já chegaram a trabalhar na unidade 22 profissionais.

"Não falta profissionais. A Cetipen tem 96 médicos cooperados, mas o interesse deles foi diminuindo. Preferem ficar no Programa de Saúde da Família (PSF) e investindo em seus consultórios", disse Escóssia.

Ela ainda informou que os sete neonatologistas contratados para a maternidade municipal professor Leide Moraes, na Zona Norte, podem ser disponibilizados para a maternidade federal. "Só acho estranho a prefeita Mírcia de Souza ter decretado estado de calamidade pública na saúde e admitir essa transferência", finalizou.

Médicos defendem o fortalecimento do cooperativismo para a Saúde pública

ENTIDADES MÉDICAS OFERECEM AOS USUÁRIOS ESTRUTURA PARA ENTRAR COM ATÉ 4 MIL AÇÕES JUDICIAIS CONTRA O ESTADO

Apesar de todas as medidas tomadas pelas secretarias estadual e municipal para conter a atual crise na Saúde do Rio Grande do Norte serem contrárias às cooperativas médicas, a categoria pretende intensificar a defesa do cooperativismo. Durante assembleia, realizada ontem à noite, na sede da Associação Médica do RN (AMRN), os profissionais optaram, por unanimidade, em defender as cooperativas como uma maneira "lícita, honesta e boa" para o sistema. De acordo com o presidente do Sindicato dos Médicos do RN (Sinmed-RN), Geraldo Ferreira, o cooperativismo é a "mola mestra" para o desenvolvimento. "No entanto, o Brasil está engatinhando nisso, porque, nos Estados Unidos, por exemplo, 20% da população está ligada a alguma cooperativa, enquanto que, em nosso país, este número é de apenas 8%. Esta é uma briga entre a modernidade e o atraso", argumenta. Ele frisa



Na assembleia realizada na Associação, médicos foram unânimes em concordar com as cooperativas no sistema

ainda que as polêmicas em torno das cooperativas foram encerradas nos EUA, em 1923, pelo Supremo Tribu-

nal Americano.

As entidades médicas querem provar judicialmente que os contra-

tos são legais, por isso, o sindicato decidiu pela contratação do advogado José Delgado, ex-ministro do Supre-

mo Tribunal Federal (STJ), para viabilizar o objetivo. "As cooperativas têm mais prioridade na contratação do que hospitais privados, porque não visam lucro", salienta Geraldo. Delgado prepara, nas próximas duas semanas, um parecer, levando em conta experiências nacionais e internacionais sobre o assunto para entregar ao contratante. A aposta no cooperativismo é tão veemente que as entidades médicas estão disponibilizando, aos usuários, estrutura jurídica para até quatro mil ações judiciais contra o sistema público de Saúde. "As famílias que se sentem lesadas por falta de assistência podem procurar a Associação Médica para cobrar atendimento e indenização do Estado. Já estamos com 17 ações preparadas", informa.

A Secretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap) continua irredutível quanto às renovações dos contratos para a rede estadual. Uma alternativa levantada ontem, na reunião com

a governadora Wilma de Faria, Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa (AL), Ministério Público e secretarias de Saúde, na sede da Secretaria Estadual de Planejamento (Seplan), foi a contratação via hospitais privados, que, no momento em que estão contratados, devem se responsabilizar pela estrutura de pessoal para realizar os procedimentos. Hoje pela manhã, a Sesap e as secretarias municipais se reuniram com os diretores dos hospitais privados, que também atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS), no intuito de verificar a viabilidade da idéia. No Hospital do Coração, contratado para oferecer leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), além de cirurgias vasculares de urgência, geral e neurologia, os procedimentos só estão podendo ser oferecidos por causa da ajuda das Forças Armadas, com a cessão de um anestesista. Segundo a chefe de enfermagem, Suerda Menezes, não houve problemas até então.

> ATÉ QUANDO ?

Problemas na maternidade Januário Cicco continuam sem solução

O prazo venceu, os pediatras e neonatologistas das cooperativas foram embora, e, até a manhã de hoje, não havia nada além de promessas de cessão de profissionais para integrar os quadros da Maternidade Januário Cicco. A instituição amanheceu com apenas 10 leitos de UTI neonatal disponíveis. Apesar da falta de profissionais, a

demanda, que seria realocada, não superlotou ainda as outras unidades disponíveis, como a Maternidade das Quintas e o hospital Santa Catarina, na Zona Norte.

O diretor da Januário Cicco, Kleber Moraes, disse que espera receber mais alguns profissionais "o mais rápido possível", de acordo com "os trâmites administrati-

vos necessários" - o que elevaria o número de profissionais para 15, entre neonatologistas e pediatras. A Maternidade conta hoje com oito profissionais, sendo dois neonatologistas e um residente só para a UTI. Com mais cinco profissionais via Secretaria Municipal de Saúde, o número chegaria a 13. E com mais dois vindos da Funasa e

do Cefet, 15. Esse é o horizonte máximo confirmado por enquanto.

Os problemas da Maternidade Januário Cicco ainda não interferiram no funcionamento das outras unidades. Nas Quintas, por exemplo, a obstetra Nádia Pereira disse que o movimento de fato aumentou um pouco, mas nada que

a Maternidade não possa atender. Havia vagas sobrando, segundo a médica. "Temos ainda cinco vagas e o movimento está normalizado desde a última semana. Nosso único problema é que a esterilização é feita em outro hospital e às vezes atrasa ou faltam instrumentos, mas isso já é crônico", diz.

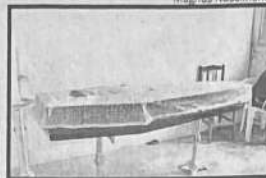
Já no Hospital Santa Catarina,

a diretora Giselda Teixeira contou que a superlotação atual é simplesmente "a mesma de sempre", principalmente na UTI Neonatal. Mas que ainda não há como avaliar os efeitos dos problemas da Januário Cicco no Hospital Santa Catarina. Contudo, ela adverte: "Não temos condições de absorver essa demanda, caso a situação não mude".

Editor Assistente
João Ricardo Correia

Repórteres
Aísson Almeida
Anderson Barbosa Isaac Lira
Roberta Trindade Sara Vasconcelos

Magnus Nascimento



VIOLENCIA A dona de casa Rosana Lima de Jesus, 25 anos, aumentou a estatística da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social, no Rio Grande do Norte. Ela morreu ontem, depois de ser atingida, sábado passado, por tiros no rosto. **Página 8**

MAIS UMA REUNIÃO Dessa vez, decisão tomada é que os hospitais privados continuarão prestando o serviço; cooperativas ficam fora

Cooperativas ficam sem contratos

Isaac Lira

jornalista.isaacira@gmail.com

O resultado da reunião de ontem à tarde na Secretaria de Planejamento com os principais gestores municipais e estaduais, aí incluídas a governadora Wilma de Faria, a prefeita Mírcia de Souza, o Ministério Público, os Conselhos de Saúde e uma comissão de deputados, decidiu pela manutenção dos contratos com os hospitais privados como solução emergencial para normalizar o atendimento da saúde pública. A renovação temporária dos contratos com as cooperativas foi descartada.

O Ministério Público e os conselhos estadual e municipal se mantiveram firmes em sua posição de sequer cogitar a contratação de médicos em cooperativa. Na reunião, foram acompanhados pela governadora Wilma de Faria. A proposta foi encabeçada pelos conselheiros estadual e municipal e apresentada pela presidente do Conselho de Saúde dos Municípios, Solane Costa, no qual foi atendida de pronto e amanhã outra reunião será realizada, agora com os representantes dos hospitais para que os contratos, que inclusive já foram firmados, possam ser cumpridos.

O Governo e o Comitê de Gestão da Crise, formado pelas entidades participantes da reunião, ainda não têm certeza de que a manutenção da medida irá surtir



Ney Douglas

Cena se repete: secretários, prefeita de Natal, governadora, promotores públicos: saúde em pauta

feito a curto prazo. Tanto o presidente do Conselho de Saúde de Natal quanto o secretário-adjunto do Estado, João Alberto Fernandes, disseram que ainda é necessário "operacionalizar a proposta" e "verificar sua viabilidade".

A idéia da solução emergencial é transferir os atendimentos, e todos os seus encargos, como médicos, enfermeiras e material hospitalar, para a rede privada de atendi-

mento. Instituições como o Hospital Memorial, o Hospital do Coração e o Natal Center já estão contratados. Apesar disso, a reunião não contou com a unanimidade dos presentes. A comissão de deputados era a favor do fim do impedimento de contratações com as cooperativas. Os deputados estaduais Getúlio Rêgo e Leonardo Nogueira, por exemplo, disseram quase em uníssono que "apenas a renovação resolve os problemas emergencialmente".

Uma das questões colocadas na reunião pelo presidente do Conselho Estadual de Saúde, Francisco Carindé, foi o possível boicote dos anestesistas às cirurgias patrocinadas pelo SUS nos hospitais privados. O secretário-adjunto de saúde, João Alberto Fernandes, comentou o fato, que segundo foi apresentado na reunião, tem aconte-

Conselheiro tenta desqualificar matéria

O conselheiro estadual de Saúde, Carlos Alberto Soares, precisa aprender a conviver em sociedade. Em tom irônico e grosseiro, tentou desqualificar a matéria publicada ontem por este jornal, perguntando ao repórter Isaac Lira quanto ele e o jornal tinham recebido pela publicação. Falou alto, na frente de vários jornalistas, à tarde, na Secretaria de Planejamento, no Centro Administrativo. Talvez, querendo mais destaque que a notícia.

Saber conviver com os contrários é, antes de qualquer coisa, um ato de civilidade e

respeito. Querer desmerecer um profissional pago para apurar matérias, escrevê-las e vê-las mostrando a realidade é uma atitude, no mínimo, sem a menor graça.

Conselheiro Carlos Alberto Soares, o JH Primeira Edição continuará informando aos leitores, queira o senhor, ou não. Questionar é um direito de qualquer cidadão. Mas o senhor não tem nenhum direito de tentar ridicularizar os profissionais.

João Ricardo Correia
Editor assistente

cido. "Acredito que a categoria dos médicos deve rever essa posição de boicotar as cirurgias nos hospitais privados", afirma. O ocorrido, segundo relatos do secretário-adjunto, que por sua vez afirma ter sido um assunto abordado na reunião, é que alguns médicos têm se recusado a atender ao SUS nos hospitais privados.

AGRESSÃO

O conselheiro estadual de saúde, Carlos Alberto Soares,

agrediu a reportagem do JH Primeira Edição ao insinuar que este matutino e os repórteres haviam recebido dinheiro para publicar a matéria que informou em primeira mão aos leitores da contratação do ex-ministro José Delgado para representar a categoria dos médicos na Justiça. Logo após a agressão, o conselheiro admitiu que sequer havia lido a reportagem em questão. A idéia do conselheiro, segundo o próprio, era criticar a imprensa pela cobertura do caos na saúde.

CONTRA O GOVERNO José Delgado disse que seu escritório tem condições de ajuizar até duas mil ações, por causa da falta de atendimento

Ministro compara Natal à Faixa de Gaza

O ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), José Delgado, está convicto. Ele afirmou ao JH PRIMEIRA EDIÇÃO que não tem dúvidas de que os contratos das cooperativas com o Governo do Estado e com a Prefeitura de Natal são legais e de que a única possibilidade de rápida resolução do caos na saúde é a imediata renovação. Ao mesmo tempo, José Delgado está disposto a representar os pacientes e familiares prejudicados na Justiça. "Temos condições de ajuizar até duas mil ações contra o Estado", avisa.

Quando ao caos que se instalou na saúde do RN, José Delgado comparou Natal à Faixa de Gaza. "Em Gaza morreram mil pessoas e, se vocês fizeram um levantamento, existe o mesmo

número de pessoas com risco de morte na região metropolitana", afirma. Delgado acrescentou que os mais prejudicados com a situação à qual chegou o setor são os menos favorecidos. "Nós, advogados, os médicos, os integrantes do Ministério Público e do Governo, a imprensa, os empresários, todos esses têm condições de pagar pela saúde privada. São os mais humildes que sofrem", avalia.

A postura do Ministério Público, de ser contra a renovação dos contratos, foi classificada como surpreendente por José Delgado. De acordo com o ex-ministro, os mesmos contratos são celebrados há mais de dez anos sem nenhuma ação contrária na Justiça e passando por todas as análises dos Tribunais de Contas. "Fiquei sur-

preso com a atitude do MP, uma instituição que eu muito admiro. Eles é que deveriam, segundo o meu entendimento, pressionar o governo para que os contratos sejam renovados e a população possa ser assistida", afirma.

O embasamento jurídico que o ex-ministro utiliza para justificar sua posição está focado na obrigatoriedade do Estado garantir os serviços de saúde à população; a legalidade e benefícios do movimentos de cooperativas, cada vez mais forte em todo o mundo; a possibilidade garantida por lei de contratação de empresas privadas para atendimento no SUS; e a atual incapacidade do poder público do Rio Grande do Norte em prover, sozinho, os serviços de saúde ao povo do Estado. (I.L.)



Hércules Dantas

José Delgado ficou surpreso com a posição do Ministério Público, em não querer a renovação

VIAGEM/VEÍCULOS AS EXCURSÕES DE ÔNIBUS E OS CARROS MAIS COBIÇADOS
SUPLEMENTOS

SEXTA
FEIRA

MUNICÍPIOS GESTÕES DE GALINHOS E MONTANHAS INVESTEM NO TURISMO
CIDADES, 6

NATAL, 16 DE JANEIRO DE 2009

FUNDADOR: ASSIS CHATEAUBRIAND
ANO LXIX - NÚMERO 2540

NESTA EDIÇÃO

OPINIÃO	2
POLÍTICA	3
BRASIL	4
ECONOMIA	5
GERAL	6
CIDADES/ESPORTES	1 A 8
MUITO	1 A 4
VIAGEM/VEÍCULOS	1 A 4
CLASSIFICADOS	6 PÁGINAS
TOTAL	28 PÁGINAS

R\$ 1,50



DIÁRIO DE NATAL



ASSINANTE • VENDA PROIBIDA

RODA VIVA

Promulgada lei
que aumenta
salários da prefeita
e dos secretários
municipais

OPINIÃO, 2

EDITORIAL

O mau exemplo
de Ponta Negra

OPINIÃO, 2

VEJA A LISTA DOS 740 APROVADOS NA UFERSA

CIDADES, 3

Governo propõe solução para fim de crise na Saúde

MEDIDA PROPOSTA ONTEM INCLUI REPASSE DE RECURSOS DIRETAMENTE A HOSPITAIS PRIVADOS;
EQUIPE DO MINISTÉRIO VEM ANALISAR CRISE E MATERNIDADE FEDERAL REDUZ NEONATOLOGISTAS